



# Por uma morfologia histórico-construcional: primeiras reflexões<sup>1</sup>

*For a constructional-historical morphology: first reflections*

Mailson Lopes\*

*Universidade Federal da Bahia*

Salvador, Bahia, Brasil

**Resumo:** Delineamos neste artigo algumas reflexões sobre as perspectivas histórica e construcional para os estudos morfológicos, revisitando algumas de suas pautas e apontando possíveis lacunas/défcits que apresentam. A partir de tais apontamentos sinópticos e de tal apreciação crítica preliminar, visando à perquirição de uma ótica mais integradora e holística para se estudar o implexo e interfacial componente morfológico da língua, e no esteio das reflexões desenvolvidas por Soledade (2019, 2018, 2013a), Simões Neto (2017b, 2016b) e Lopes (2018, 2016a), exporemos um traçado inicial de uma proposta de conjunção desses dois prismas de descrição e análise morfológicos, da qual emergiria uma *morfologia histórico-construcional*, que, por absorver os aspectos mais interessantes de uma e de outra perspectiva, parece ser mais proveitosa para o entendimento e investigação da morfologia, em toda a sua patente complexidade.

**Palavras-chave:** Morfologia Histórica. Morfologia Construcional. Morfologia histórico-sociocognitiva.

**Abstract:** This article outlines some reflections on the historical and constructional perspectives of morphological studies, revisiting some important guidelines and pointing out gaps/deficits they may present. Based on such synoptic notes and preliminary critical appraisal, we aim to investigate a more integrative and holistic perspective to study the complex and interfacial morphological component of language. Based on the reflections developed by Soledade (2019, 2018, 2013a), Simões Neto (2017b, 2016b) and Lopes (2018, 2016a), we will present an initial outline of a proposal for the conjunction between these two morphological descriptions and analysis prisms, from which would emerge a constructional-historical morphology, which, by absorbing the most interesting aspects from both perspectives, seems to be more useful for understanding and investigating morphology in all its patent complexity.

**Keywords:** Historical Morphology. Constructional Morphology. Cognitive-historical-social Morphology.

<sup>1</sup>Este artigo apresenta algumas reflexões desenvolvidas por Lopes (2018) em seu estudo de doutoramento, tracejadas em um dos capítulos de sua tese inédita, mas apresentando adições, supressões, revisões e reformulações avaliadas como necessárias e pertinentes.

\* Professor da Universidade Federal da Bahia, doutor em Letras na área de Constituição histórica da Língua portuguesa, membro pesquisador do PROHPOR (Programa para História da língua portuguesa).

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, temos o escopo de discorrer sucintamente sobre os aspectos atinentes à Morfologia Histórica (MH) e a Morfologia Construcional (MC), buscando propor, mediante revisitações à literatura, um traçado geral de um modelo de análise resultante da intersecção entre essas duas perspectivas, o que configuraria uma *morfologia histórico-construcional* ou, se preferirmos, uma *morfologia histórico-sociocognitiva*, aplicável tanto à flexão quanto à derivação, mas que, por razões de um recorte necessário, restringir-se-á aqui ao âmbito da formação de palavras, à lexicogênese morfológica.

Para tanto, apresentaremos pontos tidos como caracterizadores das duas perspectivas de análise, acompanhados por comentários e achegas formuladas a partir de reflexões sobre os postulados que preconizam, o que se fez possível mediante a sua confrontação com a materialidade da língua, apreensível em alguns dados empíricos considerados. Trata-se, em suma, de uma despretenhosa e incipiente apreciação crítico-reflexiva acerca dessas vias teóricas, a fim de se chegar às pautas gerais de um modelo holístico de análise para os dados morfológicos.

Embora a MH e a MC não sejam totalmente comparáveis, não se constituindo como âmbitos categoriais de idêntico nível hierárquico (não são congêneres), visto que a primeira é um *enfoque* ou *perspectiva de estudo* e a segunda — como o afirma Felú Arquiola (2016) —, um *modelo de análise*, parecem ser conjugáveis, por não serem automaticamente excludentes entre si. Dizemo-lo não apenas por via de especulação teórico-metodológica, mas também por constatação prática, pelo fato de já haver um conjunto de estudos (quantitativamente modesto, mas qualitativamente expressivo) pautado em tal simbiose, desenvolvido pioneiramente pela equipe de morfólogos baianos capitaneada pela Profa. Juliana Soledade.

A conjugação entre as duas óticas de descrição e análise morfológicas dar-se-ia, a nosso ver, numa integração da perspectiva histórica à MC, ou seja, na inclusão nesse modelo teórico de análise morfológica desenvolvido por Booij (2010a) de uma consideração do fator histórico que permeia o fenômeno linguístico, concomitantemente a uma absorção de veios analíticos interessantes da Gramática das Construções (GC) e da Gramática Cognitiva (GrC) e a uma revisão de alguns postulados da MC que não parecem se encaixar plenamente a um modelo holístico (isto é, histórico-sociocognitivo-construcional) de apreciação da morfologia, mormente em sua atuação na lexicogênese.

Cabe registrar, já nestas primeiras linhas do artigo, uma esclarecimento importante: diz-se, em seu título, que o texto consiste em primeiras reflexões para uma morfologia histórico-sociocognitiva. Com isso, não se quer dizer que tais achegas sejam as primeiras a serem desenvolvidas ou apresentadas aos pares quanto à sobredita proposta de conjugação, mas sim, que são as primeiras que o autor do artigo publica como um corpo sistemático, no esteio das reflexões já presentes em estudos precedentes de sua pena (2018, 2016a) e, sobretudo, considerando e absorvendo as contribuições e apreciações críticas quanto ao tema desenvolvidos por Gonçalves (2016), Gonçalves e Almeida (2014), Soledade (2019, 2018, 2013a) e Simões Neto (2017b, 2016a, 2016b).

Rege a estruturação do texto a sua compartimentagem em três seções inter-relacionadas (desconsiderando-se esta seção introdutória): a que trata da MH, a que se ocupa da MC e, como arremate, uma proposta de consórcio entre ambas, o que nos pareceu um expediente justificável, proveitoso e viável para uma melhor compreensão do componente morfológico da língua, mormente em seu desempenho lexicogenético. Encerram o artigo as seções Considerações finais e Referências.

## 2MORFOLOGIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A caracterização mais elementar e, ao mesmo tempo, mais precisa da MH parece ser a de subdisciplina da linguística histórica (LH), justamente a que se ocuparia, sob uma batuta histórica, da estrutura interna da palavra, de seus componentes e operações. Visaria, portanto, a uma descrição da *evolução* do subsistema morfológico, desde seus primórdios, chegando até o vernáculo. Pensemos, a princípio, que se se restringe a um dos recortes temporais, trata-se de MH; porém, se se lança ao rastreamento de dado fenômeno ao longo de duas ou mais etapas, cotejando-as, tratar-se-ia de morfologia diacrônica. Quando se logra vincular as duas óticas, chega-se a uma morfologia histórico-diacrônica, que, seguramente, é a mais completa e interessante perspectiva para um tratamento burilado do componente morfológico da língua em seu devir temporal.

Cabe fazer aqui uma primeira observação. Se nos atemos ao que expomos acima (e que é comumente aceito pela literatura linguística), somos levados a concluir que as incursões da MH têm um caráter sincrônico, visto que esquadrinham fatos morfológicos em uma faixa temporal tida como uma unidade, um *état de langue determine* (SAUSSURE, 2004 [1916]). Portanto, a princípio, tanto um estudo sobre o sufixo *-ada* na primeira fase do português arcaico (sécs. XIII-XIV) quanto um estudo sobre o funcionamento de tal formativo no séc. XVIII ou XXI seriam estudos sincrônicos, se nos atemos ao entendimento de sincronia adotado pelo mestre genebrino. Como afirma Simões Neto (2016a), não deixam de ser também sincrônicos os recortes estáticos de períodos mais recuados da língua que não se espriam pela apreciação da mudança, e, certamente, é devido ao prevailecimento de estudos sincrônico-contemporâneos entre as correntes estruturalistas (e todas as que lhes sucederam) que se registra a identificação errônea do termo *sincrônico* como equivalente a *contemporâneo*.

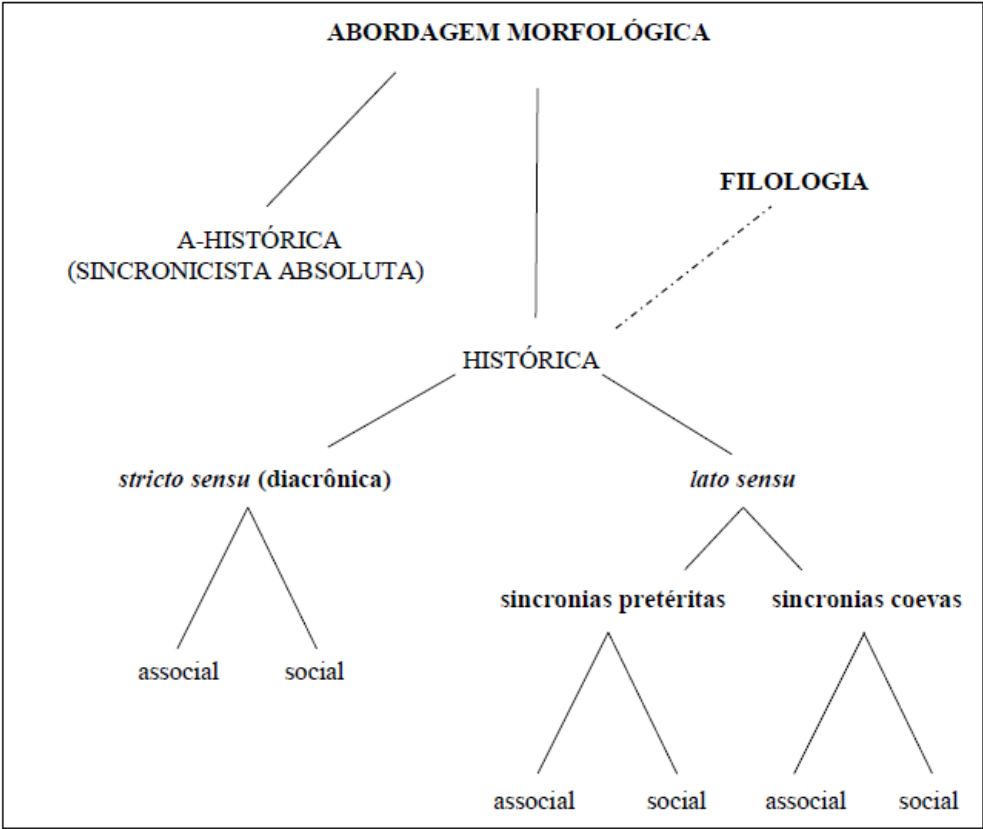
No entanto, essa associação imediata entre MH (na verdade, a LH como um todo) e estudo sincrônico, quando explorada mais a fundo, não parece se manter de forma inexpugnável, o que não se deve em primeira instância à dicotomia saussureana (embora também se deva a ela, como se verá), mas, principalmente, ao desenvolvimento dos estudos linguísticos sincrônicos que lhe sucederam e que adotaram a sua concepção de língua. Isso porque, embora o conceito de sincronia pudesse contemplar estágios recuados da língua tomados metodologicamente como um bloco temporal uniforme, a descrição sincrônica (dominante na linguística por todo o séc. XX e também na atual centúria) ateu-se quase sempre à descrição de faixas temporais coevas (MORTUREUX, 2001).

Que a princípio a MH e a LH possam parecer sincrônicas (e o são) é uma verdade, mas logo se descobre um aspecto singular que paira sobre elas e que em geral é posto de lado pelos

estudos sincrônicos estritos — que são aqueles que propõem um *absoluto sincrônico* (CARVALHO, 2008) —: a percepção do fluxo histórico como um critério dotado de valor heurístico. Se a MH é também sincrônica? Sim e não. Sim, se se considera que pode descrever um recorte temporal específico da língua; não, se se pensa que o estudo sincrônico se encaixa exclusivamente a períodos mais modernos ou recentes da língua, operando apenas sobre o testemunho dos falantes, sem levar em conta a patente temporalidade que perpassa o funcionamento idiomático. Em outras palavras, a MH pode ser sincrônica (portanto, também a LH), mas jamais sincronicista, pois se o fosse deixaria de ser histórica, pelo fato de a perspectiva sincronicista identificar-se com uma leitura a-histórica da língua, abstraindo dela o aspecto temporal (CARVALHO, 2008).

Talvez seja conveniente pensar, visando a uma maior aclaração e uniformidade conceitual e terminológica, num esquema que abarque essas possibilidades metodológicas várias de achegamento ao estudo morfológico. Inspirando-nos fundamentalmente na proposta geral de esquema para a LH postulado por Mattos e Silva (2008) e, sobretudo, na esquematização proposta para os estudos de MH por Simões Neto (2016b), apresentamos a seguir nosso desenho de sistematização diagramática para as diversas abordagens morfológicas, subordinado a um olhar focado no critério de historicidade.

**Quadro1.** Esquematização dos estudos morfológicos a partir de um critério historicista.



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro elemento observável no diagrama anterior é a divisão dos estudos morfológicos em duas grandes ramificações, a a-histórica (ou sincronicista absoluta) e a histórica. A primeira seria aquela que deliberadamente descarta de suas análises sobre o componente morfológico da língua todo e qualquer argumento de natureza histórico-diacrônico, visto que se pauta em uma visão de léxico (e, conseqüentemente, de morfologia) como conhecimento armazenado na mente do falante, que, em sua sincronia, para a construção e interpretação linguísticas, não teria consciência da sucessão dos fatos da língua no tempo (CARVALHO, 2008) e, sendo assim, não faria uso de acessos mentais a dados da diacronia (SIMÕES NETO, 2016b). Trata-se, como se vê, de uma perspectiva que abstrai (ou melhor, tenta abstrair) o fator histórico atrelado à realidade idiomática e que se atém unicamente no conhecimento do falante e à arbitrariedade do signo linguístico como critérios analíticos.

Já a ramificação histórica seria justamente o contrário da sua colateral, com a valorização do dado histórico como critério pertinente para o rastreamento, explicação e sistematização de fenômenos linguísticos. Mostra-se filiada à Filologia, mas não em termos absolutos ou automáticos (a linha pontilhada já o indica), o que quer dizer que haverá incursões históricas sobre a morfologia que se valerão diretamente de princípios e métodos filológicos (os diacrônicos, os *stricto sensu* e os *lato sensu* que perscrutam sincronias pretéritas), mas outros que se eximirão ou que poderiam se eximir de tais expedientes (os *lato sensu* que perscrutam sincronias contemporâneas).

Haveria duas grandes linhas para a abordagem historicocêntrica da morfologia: (i) a diacrônica ou histórica *stricto sensu*, voltada a fluxos de variação e mudança morfológicas processadas ao longo do eixo temporal, ou seja, interessada com o que muda e como muda (MATOS E SILVA, 2008) e também com o que varia e como varia, de uma época a outra, de um marco temporal a outro, acompanhando o fluxo histórico; (ii) a histórica *lato sensu*, com a apreciação de dado fenômeno morfológico em uma dada sincronia. Esta última se subdividiria em dois outros ramos: (a) a interessada por dados datados e localizados do passado; e (b) a interessada por registros coetâneos, desde que a partir de dados datados e localizados, ou seja, baseados em *corpora* (MATOS E SILVA, 2008), sem chegar a desconsiderar, porém, o papel das projeções e interferências de aspectos pretéritos na realidade linguística contemporânea. Para cada uma dessas três ramificações haveria a bifurcação *social/associal*, dado que tanto o estudo sobre a mudança em morfologia quanto os estudos sobre determinado fenômeno morfológico em tempos do passado ou do presente podem ou não levar em consideração fatores extralinguísticos para a explicação que fornecem sobre seu objeto observacional específico. Ilustram o primeiro caso as teorias e correntes que se restringem a aspectos de natureza intralinguística para o entendimento de fenômenos da língua (*e.g.*, os gerativistas e demais correntes formalistas); por sua vez, o segundo modo de apropriação, além de levar em conta aspectos intralinguísticos, igualmente recorreria a toda uma gama de fatores externos à língua, como os sociais, cognitivos, culturais, comunicativos e expressivos, considerando o uso e os agentes sociais implicados no ato comunicativo (seria o caso dos cognitivistas, funcionalistas, dialetais e sociolinguísticos).

São inúmeros os fenômenos e operações morfolexicais que só parecem ser suficiente e satisfatoriamente explicados mediante um recurso a informações históricas sobre a língua, o que

corroborar a utilidade e a conveniência do cultivo de uma morfologia histórica. Bastaria que recordássemos, por exemplo, temas ou fenômenos tão importantes como a lexicalização de unidades (MARTÍN GARCÍA; VARELA, 2012), a diferença entre forma primitiva e forma derivada, os vocábulos formados com prefixos ou bases fósseis, a alomorfa, os formativos antroponímicos, a produtividade e vitalidade, os índices temáticos nominais e verbais etc. (LOPES, 2013). Compreendemos, então, a incisiva asseveração de Fulk (2009, p. 30) de que “A omissão de informação histórica é às vezes um impedimento para uma compreensão adequada de alternâncias e oposições sincrônicas.”<sup>2</sup>

Não devemos nos esquecer de que cada ponto específico no eixo das simultaneidades (funcionamento sincrônico) se encontra igualmente posicionado e encaixado no eixo das sucessões (evolução diacrônica), configurando um caso de indisfarçável intersecção. A língua, claro, possui um funcionamento sincrônico, mas que se condiciona e se deixa guiar por seu fluxo histórico. Daí que possamos subscrever, referente ao âmbito que especificamente nos interessa, o da lexicogênese morfológica, o entendimento de Lüdtke (2011, p. 22) de que mesmo “[...] uma teoria sincrônica da formação de palavras que explicita o que os falantes sabem, deve ser compatível com uma perspectiva diacrônica se pretende refletir a realidade linguística de uma maneira aproximadamente adequada.”<sup>3</sup>

Como bem pondera Viaro (2011, p. 23), “Toda língua viva pode ser definida como um *sistema herdado em movimento*. Abstrai-se dessa evidência que o sistema, por sua vez, foi herdado de outros sistemas pretéritos.” [Grifos no original]. Se há no castelhano, para o sufixo *-ada*, desde o séc. XVII (RAINER, 2010), um sentido marcado por um teor quase sempre pejorativo de ‘agrupamento humano’ (*frailada, indiada, negrada, gringada* etc.), é porque antes dele (pelo menos desde o séc. XIII) havia um sentido geral (e não marcado discursivamente, se assim podemos dizer) de ‘agrupamento de animais’ (*boyada, vacada, caballada, mulada* etc.), do qual o sentido ‘agrupamento humano’ se originou (RAINER, 2010), a partir de projeções metafóricas como SER HUMANO É ANIMAL e GRUPO HUMANO DESFAVORECIDO OU MALQUISTO É GRUPO DE ANIMAIS, visto que, em quase todos os coletivos em *-ada* referentes a humanos (p. ex., *africanada, caboclada, galegada*, no português), esses são focados depreciativa e/ou jocosamente. A polissemia mostra-se, portanto, sensível ao fluxo temporal, como um fenômeno necessariamente histórico, moldando-se a partir da geração de uns sentidos sobre outros preexistentes. O mesmo ocorreria com vários outros fenômenos, como o de coordenação de prefixos (*movimentos pró e contra aborto*), que parece inexistir no período medieval e que só emerge a partir de uma situação anterior de coordenação de vozes prefixadas (*movimentos pró-aborto e contra aborto*), que, em um estágio posterior, ativa a elipse da base léxica do derivado de primeira posição (*movimentos pró-aborto e contra aborto > movimentos pró Ø e contra aborto*).

Uma concepção da língua (e, por conseguinte, da morfologia) como sistema herdado e em contínuo movimento dá conta de dois aspectos considerados precípuos para a própria caracterização do fenômeno social que é a língua: a variação e a mudança. Mudança essa que não

<sup>2</sup>Tradução nossa.

<sup>3</sup>Tradução nossa.

só se processa e se atualiza entre uma sincronia e outra, no devir da língua, notável em sua filogenia (VIARO, 2012), mas também dentro de uma mesma sincronia (como o comprovam as investigações sociolinguísticas sobre mudança em tempo aparente), o que é perceptível através do rastreamento da ontogenia do falante, como nos ensina Viaro (2012).

Dentro de um mesmo recorte sincrônico, seja ele de um milênio, uma centúria, uma década ou um ano, convivem formas/operações antigas e formas/operações novéis (ELIA, 1978), num jogo perene que vai moldando a língua como uma amálgama de conservação, variação, obsolescência e inovação, como algo que se desloca contínua e simultaneamente ao sabor das vagas dos eixos temporal e espacial, mesclado a fatores sociais e associado a processos gerais da cognição. Mais ainda: como aclara Soledade (2017), não só devemos ter em conta que a língua é sempre esse misto de inovação e conservação, mas, além disso, ter a consciência de que em cada sincronia o uso de formas e operações herdadas será sempre superior ao de formas e operações inovadoras, o que nos conduz a um inevitável reconhecimento do quão repleto de passado é o nosso presente.

Consideramos que a MH, sobretudo se pautada na consideração de aspectos sociais, culturais e cognitivos atrelados aos intralinguísticos, e igualmente sorvendo os contributos dos movimentos da linguística (majoritariamente sincronicocêntricos) desenvolvidos no último século, de modo algum se mostraria como uma subárea hermética ou obsoleta, mas sim, como um enfoque proveitoso e elegante, dotado de mérito, legitimidade e patente valor científico, delineado sob a batuta da complementaridade, através de uma conjunção harmônica entre, de um lado, as valiosas informações fornecidas pelas incursões histórico-diacrônicas e, do outro, as contribuições teórico-conceituais-terminológicas propiciadas pelas diversas correntes teóricas da linguística moderna, desde o estruturalismo até o cognitivismo.

### **3. MORFOLOGIA EM PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL**

Se passamos em revista uma consideração dos processos lexicogenéticos de ordem morfológica nas pautas da Linguística Cognitiva (LC), parece que foi tardio o seu interesse, não havendo uma proliferação de estudos sobre a formação de palavras ou a morfologia como um todo, o que tem se modificado nos últimos anos, sobretudo com o advento da MC. Basílio (2010, p. 5) traz alguma explicação sobre essa conjuntura, afirmando o seguinte:

Na volumosa literatura produzida por adeptos da Linguística Cognitiva desde 1980 não se explicita nenhum interesse particular sobre o léxico ou a morfologia. Isto decorre, em parte, da posição marginal que a Morfologia ocupa na Linguística do séc. XX, em geral, mas também, em particular, do fato objetivo de que a Linguística Cognitiva não estabelece um limite rígido entre gramática e léxico, dentre inúmeras outras não-dicotomias que caracterizam esta abordagem do fenômeno linguístico; e do fato político de que a Linguística Cognitiva se coloca como rival e alternativa para a Teoria Gerativa da Sintaxe, sendo, portanto, a sintaxe, ou, mais ainda, a relevância da Semântica sobre a sintaxe, a proposição mais central da Linguística Cognitiva, pelo menos em seus primeiros momentos. Nos últimos

anos, no entanto, começam a surgir alguns trabalhos sobre o tratamento da morfologia lexical numa abordagem cognitiva.

No âmbito do marco cognitivista aplicado à análise linguística (i.e., a LC), parece ser a MC a subárea que mais se tem dedicado sistematicamente sobre a morfologia, em geral, e a formação de palavras, em particular, embora outras perspectivas teóricas apoiadas no supradito marco também tenham apresentado contribuições para a compreensão de fenômenos léxico-morfológicos, como a GrC (e, dentro dela, a perspectiva de compressão léxica) e a GC, a que a própria MC se circunscreve.

Traçaremos alguns apontamentos para a caracterização da MC, resultantes de um panorâmico rastreamento de tópicos e explanações fundamentais presentes nos estudos fundadores dessa recente perspectiva (BOOIJ, 2005, 2010a, 2010b, 2013, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b), avaliando-os criticamente a partir de uma confrontação com fatos de língua de sincronias pretéritas e hodiernas, tendo igualmente o cuidado de atentar-nos também para as ausências e lacunas, sempre eloquentes na avaliação da aplicabilidade e agudeza de marcos teóricos.

Como já explicitado, a MC insere-se no marco da GC, um dos modelos gramaticais da LC, podendo ser considerada, de certo modo, como uma aplicação da gramática das construções de Goldberg (1995) ao domínio da morfologia (GIL LAFORGA, 2014). Toma como fundamento, portanto, o lastro epistemológico de tal escola, sobretudo os seus postulados do cariz semanticocêntrico e sociocognitivo da linguagem, a relevância do uso e da experiência corporificada para a emergência e fixação das estruturas linguísticas (necessariamente simbólicas) e o não-modularismo categorial (BASILIO, 2010; EVANS, 2007). Ademais, adota a visão de morfologia baseada em palavra (*wordbased*), encarando “[...] a formação de palavras como uma organização mental operada em paradigmas.” (RODRIGUES, 2015, p. 107), no sentido de que é a partir de generalizações sobre palavras existentes que os falantes depreendem padrões morfolexicais abstratos, que podem ser utilizadas para a criação de novas palavras (BOOIJ, 2018a; GIL LAFORGA, 2014; GONÇALVES; ALMEIDA, 2014). Seus postulados cardeais são fundamentalmente os seguintes:

- (i) morfologia baseada na palavra, não no morfema (BOOIJ, 2018a, 2010a);
- (ii) pareamento absoluto entre forma e conteúdo (BOOIJ, 2018a; GONÇALVES; ALMEIDA, 2014);
- (iii) categorias e operações necessariamente gradientes (GONÇALVES, 2016);
- (iv) dependência das instanciações específicas às construções (FERRARI, 2010) — tanto para a sua criação e funcionamento quanto para a sua interpretação —, das quais emerge interacionalmente o significado, construções essas por sua vez dispostas em esquemas hierárquica e radialmente organizados (BOOIJ, 2017a, 2010a; GONÇALVES; ALMEIDA, 2014);
- (v) relações de herança entre construções e esquemas (BOOIJ, 2017a, 2012a).

Além dos traços acima, podem ser tomados como assunções da mencionada proposta, nas palavras de Soledade (2018, p. 237), os seguintes tópicos:

1) Existem generalizações morfológicas específicas que não podem ser transferidas a níveis fonológicos ou sintáticos; 2) as gramáticas das línguas têm uma subgramática morfológica, relativamente autônoma; 3) palavras complexas são armazenadas no léxico até que sejam apreendidos os esquemas por generalização/abstração; 4) esquemas construcionais morfológicos, uma vez abstraídos, economizam a memória do falante, que já não precisa armazenar palavras previsíveis de um dado esquema; e 5) esquemas podem gerar palavras complexas que serão armazenadas no léxico, caso sofram alterações semânticas de natureza idiossincrática (tipos de polissemias).

Trata-se de um dos modelos mais recentes (provavelmente o mais) no âmbito das propostas cognitivistas, com poucos anos de existência, inaugurado e desenvolvido por Geert Booij (2005a, 2010a), linguista holandês. Segundo Cândido, Gonçalves e Almeida (2016, p. 202), é uma proposta teórica que surge para dar conta da análise da semântica de formativos, de compostos, de construções sintáticas, da distinção entre flexão e derivação, bem como de “[...] processos morfológicos instáveis, que não podem ser encaixados perfeitamente nos padrões canônicos da composição e da derivação.”

Segundo Rodrigues (2015), pautando-se, por sua vez, no próprio Booij (2010a), a principal vantagem do modelo, baseado em esquemas morfológicos, consiste no entendimento do léxico como um domínio dotado de organização bem estruturada e não como mera listagem de vocábulos, gerados através de regras que seriam alheias ao componente lexical, situando-se no nível sintático. Os esquemas por si mesmos já carregam consigo, assim digamos, o que se entenderia por regras (de formação e de análise de palavras) e o que se entenderia por produtos lexicais, sendo, por conseguinte, estruturas atuantes de modo simultâneo nos eixos sintagmático e paradigmático da língua, visto que comportam e preveem a associação concatenativa entre bases e afixos ou entre bases e bases (i.e., organização sintagmática interna da palavra), mas também preveem e permitem visualizar conjuntos de produtos pertencentes a uma mesma família léxica (i.e., paradigmas léxico-morfológicos).

A MC licencia análises das mais holísticas e adequadas a fenômenos morfolexicais (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014), sejam aqueles mais produtivos e centrais, sejam aqueles mais esporádicos e marginais. A vantagem do modelo preconizado por Booij radica-se pelo menos nos seguintes pontos: (i) não fomenta a demarcação rígida entre flexão e derivação ou entre esta e a composição, mas sim, a sua representação unificada por esquemas gerais, sendo processos semelhantes, diferenciáveis apenas em termos de gradação, o que se comprova com a atestação empírica de casos fronteiros e de difícil classificação e descrição em termos discretos; (ii) não considera de todo relevante o estatuto das formas presas atuantes nos procedimentos lexicogenéticos, de forma que em algum grau se desbota a obrigatoriedade de uma distinção sob condições necessárias e suficientes entre, por exemplo, prefixo, prefixoide, pseudoprefixo, *splinter*, xenoconstituente, radical neoclássico e radical preso (GONÇALVES, 2016), que passam a ser

entendidos como dispostos em um *continuum* morfológico de gradações estruturais e semânticas (GONÇALVES; ANDRADE, 2012); (iii) traz um modelo de representação das formações que é útil a uma economia coerente de delineamento da polissemia das construções morfológicas (embora ainda imperfeito, com vários problemas), contemplando também a hierarquia nelas estabelecida e possibilitando a visualização (mais ou menos adequada) da rede polissêmica que delas emerge.

O modelo, porém, não se mostra apenas como um conjunto vantajoso de postulados para a abordagem de procedimentos genolexicais, já que parece também comportar alguns problemas, algumas lacunas.

Um dos seus déficits concerne ao detalhamento insuficiente do polo semântico das construções, algo apontado por Gonçalves (2016), Lopes (2018) e Simões Neto e Soledade (2015, p. 155): “Embora destaque a centralidade do componente semântico para um modelo construcional aplicado à morfologia, é tímida a incursão de Booij sobre as questões que implicam uma reflexão acerca dos sentidos e das relações que estes estabelecem entre si.”. Por exemplo, não sói estabelecer a concatenação dos sentidos em um dado esquema construcional polissêmico, quando se poderia fazê-lo, explicando-a por efeitos de operações cognitivas, como a metáfora, a metonímia, o ajuste focal ou *frame*, a analogia etc. Aspectos como a herança semântica da base também não estão suficientemente explorados, ainda que se mencione em Booij (2017a) que ela (a herança) não se dá apenas através da relação entre esquema (nó superior) e constructo, mas também entre este e a sua respectiva base. Tais déficits são muito sérios, pois levam o modelo a distanciar-se de um dos postulados mais importantes da GC e mesmo de todo o marco teórico da LC: o caráter semanticocêntrico das línguas e de suas operações. Apenas a mostra da coindexação entre forma e significado nos esquemas — neles representada por uma seta dupla ( $\leftrightarrow$ ) — (BOOIJ, 2010a) não é de modo algum suficiente para que se possa caracterizar a abordagem como centrada na semântica, pois se trataria tão-somente de uma questão representacional, e não de um delineamento das propriedades semânticas dos processos e elementos circunfluentes aos constructos, construções e esquemas construcionais.

Outra faceta passível de crítica: a própria representação para os esquemas construcionais adotada por Booij, como uma estrutura arbórea monoplane, não dá conta de demonstrar a atuação de efeitos de prototipicidade, produtividade (SIMÕES NETO; SOLEDADE, 2015, p. 155), herança da base (SOLEDADE, 2017) e o papel de operações cognitivas, como a metáfora, a metonímia e os ajustes focais na emergência de subesquemas e na estruturação do esquema como um todo.

Outro aspecto sob ponderação crítica: a exclusão do morfema como unidade passível de análise construcional. Booij (2010a) entende o léxico como uma rede de relações hierarquicamente dispostas, rede essa que traz em si palavras, unidades multilexicais e esquemas morfológicos (RODRIGUES, 2015). Sua perspectiva (2005a, 2005b, 2010a, 2012b) se caracteriza como um modelo de análise morfológica pautado na palavra, vendo nesta (e não no morfema) o signo mínimo (RODRIGUES, 2015) — destoando, portanto, do pensamento de Goldberg (1995) quanto a essa questão (cf. Goldberg, 2006, p. 5, em que elenca morfemas no conjunto de tipos construções). No entanto, ousamos questionar: pautar-se em uma consideração das unidades de

análise morfológica apenas a partir da palavra corresponde de fato à postura mais adequada para a descrição objetiva do léxico da língua? De fato, os morfemas (os afixos, por exemplo) seriam desprovidos de significado ou de relevância aquando separados dos esquemas construcionais nos quais atuam?

Chegamos a mais um tópico sob apreciação crítica, com um recorte, o de nos atermos neste ponto apenas à prefixação, com a observação de casos de elementos expletivos atuantes em pares corradicais sinonímicos (*aparafusar* ~ *parafusar*, *emoldurar* ~ *moldurar*, *dependurar* ~ *pendurar* etc.). Como lidar, pautando-se no lastro teórico boojiano, com pares corradicais sinonímicos com e sem prefixo que se apresentam num quadro de flutuação numa mesma sincronia (RIO-TORTO; LOPES, 2019; LOPES, 2018)? Se para a MC (e, na verdade, para a GC como um todo) é fulcral o princípio de pareamento entre unidades formais (palavras, locuções, sentenças etc.) e conteúdo semântico, como fica a análise comparada, através do aparato teórico-conceitual do modelo, de inúmeros pares corradicais sinonímicos com e sem prefixo registrados no passado e no presente da língua? Indagação similar é feita por Soledade (2018 [no prelo], p. 28):

Por fim, devemos também colocar aqui uma questão de ordem teórica basilar, se em linguística cognitiva as construções são compreendidas como um pareamento entre forma e conteúdo, é possível admitir que [...] há no conjunto de operações esquemáticas — formuladas em um certo nível de abstratização através de processos analógicos — espaço para pareamentos cuja contraparte semântica é vazia?

De acordo com Lopes (2016a), para a *vexata quaestio* lançada, referente à apreciação dos expletivos, haveria apenas duas respostas possíveis, num sistema de *tertium non datur*: ou (i) o modelo desconsideraria as construções com prefixos expletivos, tomando-as como formas primitivas/simples, não derivadas via prefixação; ou, em contraposição, (ii) o modelo consideraria as construções com elementos expletivos como complexas, delineando-as sob a forma de esquemas.

Ainda conforme os supracitados autor e estudo (2016a), é possível prever inconvenientes para ambas as opções, pois, se descartamos as construções com prefixos expletivos na consideração das instanciações morfológicas de cunho prefixal, caímos, *ipso facto*, numa inadequação, por lançarmos por terra o caráter diacrônico das operações genolexicais e negarmos a ubiquidade da variação e a sua atuação intrínseca ao funcionamento da língua, aspectos que licenciaram a criação de tais construções (a princípio, supérfluas). Por outro lado, se o modelo considerar as construções com elementos expletivos como complexas, delineando-as sob a forma de esquemas, teríamos também um problema, pois para pares léxicos corradicais sinonímicos como *voar* ~ *avoar*, *parafusar* ~ *aparafusar*, *doidecer* ~ *endoidecer*, *gambelar* ~ *engambelar*, *moldurar* ~ *emoldurar*, *desfalecã* ~ *falecã* (os cinco primeiros pares, do português contemporâneo; o último, do galego-português medieval), constituídos cada um com vocábulos indiscutivelmente distintos quanto à forma, mas idênticos quanto ao conteúdo, haveria, de um lado, *outputs* constituídos com base em um esquema construcional específico, mas, de outro, formas corradicais simples

(apartados do esquema construcional de suas variantes corradicais prefixadas, portanto) que seriam seus sinônimos absolutos, “[...] o que acabaria demonstrando que, de certa forma, tal ativação seria desnecessária, pois vocábulos corradicais diferenciados quanto ao índice formal associar-se-iam a idênticos valores semânticos.” (LOPES, 2016a, p. 252).

Quinto aspecto passível de crítica: a especificação obrigatória da categoria gramatical do *output*. O modelo construcional de Booij (2017a) prevê esquemas cuja categoria morfossintática do *input* não seja especificada. É o que assinala Soledade (2013a, p. 87):

Sobre a relevância da categoria do *input*, Booij (2012a) afirma que é possível considerar a categoria da palavra base pertinente ao esquema para casos em que há regularidade e produtividade; em outros casos, o esquema dominante pode prescindir dessa informação, em face de que mais de uma categoria morfossintática seja produtiva dentro esquema.

No entanto, é peremptória a sua defesa da determinação da categoria do *output*, o que fica patente quando o sobredito linguista holandês indica que “A categoria do produto de um esquema de formação de palavras e sua forma fonológica devem ser vistas como propriedades absolutas, uma vez que estas são as propriedades definidoras dos esquemas morfológicos.” (BOOIJ, 2017a, p. 13)<sup>4</sup>. Vislumbra-se algo similar em Booij (2012b). Com Soledade (2013a), perguntamo-nos: a determinação obrigatória da categoria morfolexical do *output* seria de fato uma propriedade absolutamente relevante, de modo a sempre exigir o desenho de esquemas construcionais distintos para uma construção formada pelos mesmos elementos e originando as mesmas repercussões semânticas?

Outro aspecto (o sexto dos aqui arrolados) da MC atinente à prefixação que parece ser problemático é a sua defesa do caráter necessariamente isocategorizante das operações desse âmbito, tomadas como sempre categorialmente neutras. Há, assim, para essa teoria, a colocação de que a prefixação sempre gerará produtos isocategoriais (com a classe do produto sendo idêntica à da base), o que é expresso pelo próprio esquema geral da operação: [X [Y]<sub>y</sub>]<sub>y</sub>. Mas e os casos como *acauale*, *antiálcool*, *anticorrosão*, *extrapauta*, *pós-Vaticano II*, *pró-imigrantes*?<sup>5</sup> Realmente o artifício de

<sup>4</sup>Tradução nossa.

<sup>5</sup>Em uma de suas mais recentes publicações, Booij (2018b, p. 8) admite que há exceções à regra de neutralidade categorial das operações prefixais: “[...] a maioria dos prefixos é neutra na categoria e não altera a categoria da palavra base. Por exemplo, tanto *agradáveis* quanto *desagradáveis* são adjetivos. [...] No entanto, há exceções a essa regra: os prefixos verbalizadores podem alterar a categoria de sua palavra base, como pode ser visto nos verbos ingleses *be-jewel* e *en-large*, com uma base nominal e uma adjetiva respectivamente.” [Trad. nossa]. Podemos concluir, talvez, que o mencionado linguista matiza declarações suas anteriores em que considerava a prefixação como geradora de produtos lexicais cuja categoria gramatical refletiria a da base que os originou.

herança omissa (herança *default*)<sup>6</sup> é convincente para explicar a instanciação dessas construções extraordinárias, marginais, peculiares?

O sétimo (e último) aspecto passível de crítica que encontramos seria a insistência na explicitação de um domínio geral supérfluo — baseado na correlação da faceta formal a uma faceta semântica de teor tão geral (*e.g.*, ‘propriedade’), que chega mesmo a ser contraproducente à esquematização —, como os que encabeçam alguns esquemas construcionais desenhados pelo próprio Booij (2017a, 2005a), como ‘*Y with some relation to X*’ (2005a, p. 16) e ‘*property*’ (2017a, p. 15-16).

Resumindo, podemos sumarizar os principais déficits da MC nos seguintes pontos:

- (i) precariedade no detalhamento da contraparte semântica das construções;
- (ii) desconsideração do fluxo histórico das línguas nos processos de moldagem, evolução, cristalização e desativação dos esquemas construcionais;
- (iii) incoerências quanto ao que preconiza e o que de fato considera quanto ao caráter fluido das categorias, processos e unidades;
- (iv) adoção de um modelo arbóreo limitado, insuficiente e mesmo inadequado, com a superfluidade da representação de um esquema genérico dominante (SOLEDADE, 2018), não dando margem à representação dos distintos graus de produtividade e prototipicidade e não contemplando os efeitos de fluxos cognitivos atuantes na estruturação polissêmica.

Na próxima seção deste artigo, exporemos em linhas gerais o nosso intento de conjugação da MH e da MC, que consistiria no aproveitamento por esta das contribuições daquela (e também de achegas da GC e da GrC), concomitantemente à revisão de algumas pautas ainda imperfeitas no modelo morfológico construcional.

#### **4POR UMA MORFOLOGIA HISTÓRICO-CONSTRUCIONAL OU HISTÓRICO-SOCIOCOGNITIVA**

Após havermos recorrido sobre pontos basilares das abordagens histórico-diacrônica e cognitiva da morfologia, nomeadamente em sua faceta genolexical, visamos a apresentar nesta última seção as linhas gerais de um esboço de modelo revisado de MC, a que denominamos de *morfologia histórico-construcional*, *morfologia construcional revisada*, *morfologia histórico-sociocognitiva* ou *morfologia construcional holística*. O que nos motivou a esse desafio foi a constatação de que “[...] a abordagem construcional pode trazer importantes contribuições para o tratamento da mudança

---

<sup>6</sup>Casos em que ocorre um desvio em relação à herança, desrespeitando-se a hierarquia das construções, em que “[...] uma informação presente em um nó mais alto não é herdada, acabando por ser substituída pela propriedade presente no item mais baixo” (GONÇALVES, 2016, p. 35).

linguística.” (LACERDA, 2018, p. 197), sendo a MC de Booij um modelo interessante para a apreciação teórico-analítica da formação de palavras (por enfatizar os fatores uso e interrelação solidária entre as palavras armazenadas no léxico como centrais à proposta, como o próprio fundador da MC afirma, em texto seu de 2017b) mas que, a nosso ver, apresenta ainda pontos insatisfatórios, já mencionados na seção anterior, que podem ser ajustados, tendo em vista o aperfeiçoamento do modelo. A constatações semelhantes também chegaram Soledade (2018, 2017, 2016, 2015, 2013a, 2013b), Simões Neto (2017a, 2017b, 2016a, 2016b) e Lopes (2018, 2016a, 2016b), após aplicarem os norteamentos teóricos do aludido paradigma a dados empíricos historicamente datados, quer do latim, quer do castelhano, quer do (galego-)português arcaico ou contemporâneo.

Consideramos, com Simões Neto (2016b), que a MC de Booij é um dos mais hábeis modelos teóricos para se manejar, desde uma ótica semantocêntrica, a morfologia de uma língua. Sobretudo se se lhe adita o detalhamento da contraparte semântica das construções que analisa, seguindo-se a linha do que Goldberg (1995) faz em relação às construções sintáticas (GONÇALVES, 2016). Ademais, para ser de fato coerente com os princípios da LC em geral e da GC em particular, a teoria boojiana deveria contemplar seu objeto epistemológico em sua conjunção com dois fatores fundamentais: o sistema conceptual e a historicidade das línguas (SOLEDADE, 2017; SIMÕES NETO, 2016b). Só assim se teria realmente uma visão hologrâmica sobre a lexicogênese de cunho morfológico, visão essa que é demandada pela própria natureza do léxico, “[...] domínio por excelência onde se caldeiam de forma dinâmica, plurivectorial e em rede, de malha simultaneamente larga e apertada, os mecanismos cognitivos, codificação linguística e contexto social e pragmático.” (RIO-TORTO, 2015, p. 367).

Esse aprimoramento atravessa, portanto, uma percepção mais integradora e multifacetada das questões linguísticas, que envolverá caminhos de análise moldados por uma ótica teórico-analítica holística, mais enciclopédica (SIMÕES NETO, 2016b), mais empiricista e mais historicista, em plena consonância com a própria visão de língua como um fenômeno cognitivo (pois opera na mente humana), histórico (visto que os usos linguísticos são decorrentes de processos seculares de constituição e tradição), cultural (uma vez que as línguas trazem consigo concepções de uma cultura em um dado momento histórico) e expressivo (SOLEDADE, 2013b, 2016, 2015), que considera a socialização, o perspectivismo, a historicidade, a funcionalidade e a pragmaticidade como elementos indispensáveis a uma abordagem cognitiva esmerada do léxico (SOLEDADE, 2018; SIMÕES NETO, 2016a).

Talvez a chave para o refinamento da proposta de Booij — a fim de que de fato considere a irrefutável natureza interfacial, policêntrica e polidimensional dos sistemas cognitivo e linguístico e dos processos morfolexicais que neles se instauram —, subjaza no encontro, na coparticipação e na interinfluência de suas premissas com as premissas da MH (SOLEDADE, 2017; RIO-TORTO, 2014, 1998; GMHP, 2014; MARTÍN GARCÍA; VARELA, 2012; VIARO, 2010, 2009) e da abordagem multissistêmica da língua, esta última formulada por Castilho em 1998 (CASTILHO, 2014) e desenvolvida em inúmeros estudos de sua pena (2007, 2009, etc.). Essa última proposta teórica filia-se ao marco teórico dos sistemas complexos e é preconizadora de um enfoque da língua como um fenômeno dinâmico, complexo, formado por subsistemas que atuam

simultânea e cooperativamente: o léxico, a semântica, a gramática e o discurso, acionados por um dispositivo sociocognitivocentral (MÓDOLO, 2012; MÓDOLO; BRAGA, 2012).

Pensamos que com uma intersecção harmônica desses três domínios teóricos, a MC, a MH e a abordagem multissistêmica — o que não se confunde com um frívolo ecletismo teórico ou um caos epistemológico —, chegaríamos a um modelo holístico e maximalista de descrição e análise morfolexical, uma morfologia sociocognitiva-histórica, circunfusa por uma perspectiva integradora entre léxico, cognição e discurso, i.e, “[...] capacidades e mecanismos da cognição, ambiente sociocultural e interação verbal no uso linguístico.” (SILVA, 2015, p. 185).

Parecem-nos convenientes e enriquecedores os seguintes retoques ao modelo booiijano: (i) a extensão do modelo (quando possível e necessário) à apreciação de morfemas e não somente de palavras e unidades a elas superiores; (ii) a apreciação da diacronia, dos fluxos históricos subjacentes à evolução das línguas, já que uma compreensão mais atilada do léxico de uma língua passa pela consideração de sua tessitura tempororo-espacial-cultural (LOPES, 2020 [no prelo]); (iii) uma maior pormenorização dos procedimentos semântico-cognitivos implicados no estabelecimento e evolução dos esquemas construcionais, mormente os mapeamentos metafóricos e metonímicos e os ajustes focais; (iv) um maior detalhamento, na descrição das construções, dos aspectos sócio-discursivos e pragmáticos envolvidos em sua estruturação, bem como das relações de herança entre base e produto morfolexicais, o que parece ser possível a partir da proposta analítica das compressões léxicas ou micronarrativas (LOPES, 2020, 2016a; SIMÕES NETO, 2016a); (v) a ênfase efetiva no caráter gradativo (e não binário ou modular) das características e categorizações das operações e unidades morfolexicais; (vi) a adoção de um modelo arbóreo aperfeiçoado, com a inclusão de inovações necessárias (como a consideração satisfatória dos graus de prototípicidade e multissemia), *pari passu* à exclusão de superfluidades (como a representação de um esquema genérico dominante, que nada mais é que pura abstração, sem maiores utilidades à análise das formações) e à mudança de alguns princípios de representação e análise (como a obrigatoriedade de especificação da categoria morfosintática do *output*).

Ao aplicar a MC de Booij (2010a) à prefixação — de forma semelhante ao que fizeram Simões Neto (2017a, 2017b, 2016a, 2016b) e Soledade (2020, 2013a) à sufixação —, através da incidência em sua atualização nos testemunhos linguísticos (os fatos de língua filologicamente atestados e compilados para a análise), observou Lopes (2018) que tal modelo não dava conta de forma completamente satisfatória de uma descrição integradora e realista desse complexo e multifacetado procedimento morfolexical. Sendo assim, a postura cabível seria, obviamente, tentar fazer retoques no quadro teórico adotado, a fim de adequá-lo à realidade da língua, manifestada através dos dados empíricos. Com isso se demonstra a nossa filiação ao pensamento e condução magistrais da Profa. Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*) e ao programa por ela fundado, o PROHPOR, que sempre assumiram como princípio basilar o fato de que teorias e fatos de língua devem ser vistos numa relação de servo e senhor, em que aquelas devem ser expostas a uma crítica criteriosa e contínua, subordinadas a estas, e não o contrário, visto que, de certo modo, as teorias (em geral) desbotam-se ou desaparecem, mas os dados (em geral) permanecem. Essa percepção é também assumida e defendida por Rio-Torto (2017, p. 12) — a cujo ensinamento também nos filiamos —, expressado em recente estudo seu:

Com o passar dos anos, tenho valorizado menos os quadros teóricos do que os dados empíricos, pois estes permanecem e as teorias mudam. Mas não tenho dúvidas de que toda a análise é enformada por uma moldura teórica, e não quero escamotear tal realidade.

A história de gramática e do léxico já sobreviveu a vernaculismos, a enciclopedismo, a historicismo comparatista, a estruturalismos, a gerativismos, a lexicalismo, a distribuidismo. E mais teorias e dados haverá.

Pensamos que um paradigma teórico que vise a ser exitoso em sua aproximação — descritiva e/ou analítica — ao léxico de uma língua, terá que contemplar tal objeto científico como um espectro multiaxial e multifário, dotado de grande complexidade, que se mostra incrustado no tempo, na história e na cultura, delineando-se como um polidimensional e emaranhado labirinto, em cujos ambívios emergem as unidades, as categorias e as operações que o compõem e que são necessariamente mutáveis, polimorfos e plurivalentes. Aderimos, assim, ao pensamento de Rio-Torto (1993, p. 27), ao defender que a visão dos fenômenos linguísticos deve ser “[...] pluridimensional e interactiva, ganhando em ser o mais polifônica e multidisciplinar possível, para uma explicação mais enriquecida dos mesmos.”. Dada tamanha complexidade, qualquer incursão a essa realidade labiríntica da estruturação lexical da língua será sempre um tímido adentramento, uma cuidada aproximação.

Para os déficits ou problemas encontrados na MC e expostos na seção anterior, visando a um aperfeiçoamento do modelo aquando aplicado a dados e fenômenos históricos da língua, pensamos que alguns encaminhamentos podem ser propostos, o que já se mencionou em parágrafos precedentes, mas que desejamos apontar de modo mais pormenorizado aqui.

Primeiro: com Rodrigues (2015), consideramos o morfema como unidade passível de destrinchamento teórico-analítico, numa concepção de que o estudo morfológico espraia-se pela consideração de um objeto mínimo de análise, o morfema, e uma unidade máxima, a palavra, tal como preconiza Pena (1999).

A postura aqui avocada, a de uma consideração do morfema na análise das unidades morfolexicais complexas, não significa um recurso cogente, em todos os casos, de um esmiuçamento analítico até a decomposição morfemática, mas sim, a possibilidade, quando necessário, viável e útil, de se recorrer a uma observação do comportamento de dada instanciação vocabular a partir de seus formativos morfológicos. É esse o entendimento que temos ao assumir as categorias *morfema* e *palavra* como objetos de análise pertinentes ao estudo morfológico. Há diferenças entre, de um lado, a exigência coercitiva de um destrinchamento exaustivo dos vocábulos complexos em termos de isolamento de morfemas e, do outro, a possibilidade e viabilidade de tal esmiuçamento nos casos em que vem a propósito, em que tem relevância e validade.

Por que não se admitir os morfemas como componentes do léxico, conjuntamente com palavras (constructos), construções e esquemas? Em suma, uma morfologia baseada em morfemas

é de fato inadmissível, desautorizando qualquer intento de aplicação de seus princípios analíticos à apreciação morfolexical de viés construcional? Se sim, por que então em estudos do próprio Booij ou noutros indubitavelmente circunscritos ao seu modelo de MC, faz-se recorrentemente menção a dado esquema construcional a partir do afixo/afixoide/*splinter* (i.e., morfema) nele implicado, como em “words in *-ism* and words in *-ist*” (2012b, p. 347), “nouns in *-ist*” (BOOIJ, 2013, p. 12), “word in *-ism*” (BOOIJ, 2013, p. 12), “derived nouns in *-er*” (BOOIJ, 2017a, p. 21), “deverbal adjectives in *-baar*” (BOOIJ, 2017a, p. 9), “formações em *-dromo*”, “criações em *-dromo*”, “formas com *cyber*”, “comportamento de *-pédia*” (GONÇALVES, 2016, p. 57, 59, 122, 127), “esquema para o formativo *-nejō*”, “formações em *-ete*” (CÂNDIDO, GONÇALVES; ALMEIDA, 2016, p. 203, 208)? Por que não se tem adotado a referência aos paradigmas morfolexicais exclusivamente através de esquemas (derivados em *X-er*, formações em *X-dromo* etc.), mas sim, através de uma menção livre e irrestrita tanto de esquemas quanto de afixos? Isso não seria um indício relevante de que a consideração do morfema não é de todo inadequada e de que é difícil dissociar-se radicalmente dele?

Insistimos perguntando: e como ficariam os esquemas construcionais constituídos por afixoide, pseudoprefixos e xenoconstituintes, partículas que transitam na fluida fronteira entre morfema e palavra? E como a postura contrária a uma apreciação do morfema assumida pela MC de Booij lidaria com os casos de lexicalização de afixos, que, quer seja quer não seja considerada uma operação envolvendo esquematização construcional, consiste em um deslizamento comportamental gradual de uma unidade da classe dos morfemas a um novo âmbito, o dos lexemas propriamente ditos? E como lidaria para o feito constatado de que o utente da língua logra estabelecer paradigmas fincando-se em um morfema específico, como, *e.g.*, a família de palavras formadas com o sufixo *-aço* ou o prefixo *retro-*?<sup>7</sup> Ou ainda: por que Booij (2005) e os estudos pautados em sua proposta teórica tomam como ponto diferenciatório entre composição e derivação justamente o fato de nesta última um de seus constituintes não corresponder a um lexema, não tendo etiqueta lexical, o que significaria dizer que seria uma unidade (morfológica, claro) de contornos inferiores à palavra, ou seja, o morfema? Não seria essa última assertiva uma declaração velada e sinuosa pautada, em última instância, numa consideração do morfema?

De tudo o que foi exposto sobre a intrincada questão a respeito do morfema, não seria uma solução mais sensata e equilibrada não excluir de todo a consideração dessa unidade no modelo construcional de morfologia?

Sigamos na apreciação crítica do modelo teórico em tela, focando num segundo aspecto. Não é de modo algum difícil chegar à constatação de que as construções morfológicas são variáveis, deslizando de modo gradiente entre concretude e abstração e servindo como base

<sup>7</sup>É fácil imaginar uma situação em que um falante comum assim se expresse: “Agora tudo é um *-aço*: *panelaço*, *buzinaço*, *apitaço*, *tuitaço*, *vomitaço*...”. Fora dessas ocorrências conjecturais, há inúmeras factuais na internet ou em textos impressos, corroborando o nosso pensamento, por exemplo: (i) “As vanguardas européias e os ismos contemporâneos” (retirado de [www.colegioweb.com.br](http://www.colegioweb.com.br)); (ii) “Na ciência política, por exemplo, há alguns ‘ismos’ bem gerais e outros mais particulares ou específicos, como por exemplo, colonialismo, imperialismo, comunismo e bonapartismo, chauvinismo, bolchevismo. Afinal, o que vem a ser um ‘ismo’?” (MEGALE, s.d., p. 1).

mental para o utente da língua fabricar novas palavras (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014; RUMELHART, 1980). No entanto, há que se completar essa caracterização com outra propriedade, fincada no fluxo histórico — que é justamente a segunda lacuna do modelo —: os esquemas não apenas possuem variabilidade, como também são sensíveis à ação do fluxo histórico, o que é perceptível pelo apagamento ou ofuscação de determinados subesquemas (que se tornam estéreis, mas podem ressurgir em épocas futuras, muitas vezes semântica ou formalmente reconfigurados; parece ser o caso do *pró-*, que a partir do séc. XX (HOUAISS; VILLAR, 2009) volta a entrar em cena para a emergência de novas palavras, não com os sentidos locativo, lativo ou substitutivo originais, mas sim, com um sentido neológico, o de ‘a favor de X’: *pró-vida*, *pró-aborto*, *pró-germânico*) ou a sua trasladação de um nível mais restrito a um mais geral (parece ser o caso do *-íneo*, que desde o séc. XVIII havia se restringido a formações técnicas como *oleagíneo* e *leporíneo*, mas que passa a instanciar formações coevas no português brasileiro, como *fofíneo*, *gordíneo* e *gravidínea*, mantendo uma carga semântica relacional, mas que passa a amalgamar-se com outra apreciativa, alheia aos esquemas primitivos, sendo exclusivos a esse novo). Com essa lacuna, constatamos, mais uma vez, que “[...] a perspectiva histórico-diacrônica ainda não é saliente e quase nunca tomada em consideração de modo efetivo nos modelos cognitivistas.” (LOPES, 2016a, p. 246).

O próprio Booij (2010a) deixa explícito o caráter sincronicista de sua abordagem construcional das formações complexas, como no trecho no qual assevera que uma organização hierárquica das formações em termos de esquemas e subesquemas funcionaria como uma descrição sincrônica para padrões possíveis de formação de novas palavras de diferentes subtipos, podendo revelar os modos de convencionalização dos mecanismos de extensão conceptual numa dada língua. Isso é realmente verdadeiro, mas não universalmente verdadeiro, pois, não raras vezes, só com a consideração do fator histórico é possível um entendimento global e satisfatório do funcionamento dos supramencionados mecanismos cognitivos, bem como dos padrões lexicogenéticos atuantes e de sua disposição hierárquico-organizacional.

Como o modelo é claramente sincronicista, tampouco permite a representação do fluxo histórico associado à emergência de cada subesquema e dos sentidos que instancia. Portanto, para tentar contemplar qualquer um desses itens, faz-se necessário que o pesquisador proceda a adaptações na representação, o que demonstra claramente que a proposta representacional arbórea primeira é precária e insatisfatória, fazendo jus a intervenções remodeladoras.

Pensamos que o aperfeiçoamento do modelo construcional demandaria uma apreciação dos fluxos histórico-diacrônicos na emergência e evolução das construções e dos próprios esquemas — algo não contemplado pela versão clássica do modelo, embora se preveja na LC a diluição da fronteira entre sincronia e diacronia (IBARRETXE-ANTUÑANO; VALENZUELA, 2016; CASTRO DA SILVA, 2012) —, conjugando-se operações cognitivas a padrões de uso, necessariamente processados e atualizados numa realidade discursivo-cultural específica e, por conseguinte, temporal, histórica. Seria, portanto, como sinaliza Oliveira (2013, p. 160), um cuidado em se “[...] olhar para fases mais remotas da língua, na tentativa de se captarem dados atestadores de processos de construcionalização, coma criação de novos esquemas, e de processos de mudança construcional, com inovações dentre um dado esquema.”.

A consideração do fluxo diacrônico das línguas na apreciação crítica visada — pouco ou nada considerada pelo marco teórico em tela (SIMÕES NETO, 2017b; LOPES, 2016a) —, longe de ocasionar ruídos e dissonâncias na aplicação do modelo, certamente servirá para locupletá-lo, empírica, teórica, terminológica e epistemologicamente, seja confirmando seus princípios e pressupostos, seja evidenciando — através de choques, ruídos e dissonâncias — suas falhas e imprecisões, com a posterior necessidade de aprimoramentos, rearranjos e retificações em seus postulados e análises.

“Esquemas mostram-se, portanto, empiricamente necessários e teoricamente vantajosos para a descrição de padrões de formação de palavras.” (GONÇALVES; ALMEIDA, 2014, p. 185). Há de se concordar com essa assunção, visto que o modelo vem iluminando de modo mais coerente a compreensão e a sistematização dos processos morfolexicais. No entanto, pode-se cair num erro, num dogmatismo estéril e paralisante, se se pensa que se chegou a um modelo dotado de perfeição, impassível a aprimoramentos e retoques. Chegar-se-ia a qualquer coisa, menos ciência, já que esta pressupõe sempre movimento, mudança, aperfeiçoamento. Pensamos, com Simões Neto (2017b) e Soledade (2019), que o modelo construcional de Booij é um contributo e uma ferramenta preciosa para quem se debruça ao estudo da lexicogênese, mas, a partir das tentativas de sua aplicação a fatos de língua, a material empírico, vê-se necessitado de algumas emendas e correções, a fim de torná-lo ainda mais consistente e aproveitável, já que apresenta ainda algumas lacunas, como as observadas por Soledade (2013a, p. 108; 2018, p. 254, respectivamente):

O modelo de morfologia construcional de Booij oferece fundamentos essenciais para a compreensão da estruturação do léxico em termos de construção e esquemas; contudo, não é suficiente para dar conta de aspectos importantes [...] como produtividade, prototipicidade, flutuação categorial do constructo e, sobretudo, relações polissêmicas multipolarizadas.

O modelo de morfologia construcional de Booij (2010a) [...] ainda não é suficiente para dar conta de aspectos importantes, [...] sobretudo, das mais variadas relações semânticas que demandam especificação, como as que se dão entre bases e palavras complexas, entre esquemas e palavras complexas, entre esquemas e subesquemas, entre subesquemas e subesquemas.

Soledade (2017, 2018) sugere, para o problema da prototipicidade, a adoção de uma representação esquemática neural; para o problema da produtividade, recomenda o registro, ao lado de cada subesquema, da quantidade de instanciações por ele geradas (SOLEDADE, 2017). Seriam expedientes, ao menos provisórios, para minorar em algo o terceiro aspecto problemático aqui focado: a incompletude das figurações esquemáticas originalmente preconizadas pelo modelo booijiano.

Quanto a outra espinhosa questão, a da análise de corradicais sinonímicos com e sem prefixo pela MC: não sabemos até o momento como resolvê-la satisfatoriamente, ou seja, como

tratar produtos derivados com prefixos expletivos a partir do modelo morfológico construcional. Talvez seja conveniente propor o que Lopes (2016a, p. 252-253) aventa (e que vai exposto logo a seguir), mas deixando claro que seria um expediente arriscado e complicado, podendo até mesmo se situar como uma saída *ad hoc*, desrespeitando um dos pilares mais centrais dessa teoria, a coindexação, o pareamento forma-conteúdo.

Como princípio de uma ideia que precisa ainda ser melhor meditada, poder-se-ia pensar que uma forma de driblar o problema especular acima descrito seria através da relativização do alcance do pareamento semântico-formal, admitindo, ao menos para os construtos com prefixos expletivos, que eles se ligam aos esquemas dominantes de seus respectivos prefixos, instanciando um subsquema em que a contrapartida semântica é nula, vazia: [ $e$ - [X]<sub>i</sub>]<sub>j</sub> ↔ [∅ semântico agregado a [X]<sub>i</sub>]<sub>j</sub> ou, noutra forma de representação, [ $e$ - [X]<sub>i</sub>]<sub>j</sub> ↔ [SEMI<sub>i</sub>]<sub>j</sub>, em que  $e$ - representaria o prefixo expletivo.<sup>8</sup>

Embora ousada, a proposta acima não parece ser a única a tentar matizar o alcance e o poder da associação entre forma e conteúdo no âmbito das propostas teóricas construcionais. Salomão (2009b, p. 41) explicita que alguns autores desse marco, como Jackendoff (2002) e Cullicover e Jackendoff (2005), assumem o caráter prototípico das construções-signo, mas ao mesmo tempo admitem a existência de construções excepcionais que se apartariam dessa prototipicidade, sendo puros padrões formais, como os *Dummy Subjects* nas línguas francesa e inglesa. Além disso, Soledade, Lopes e Rodrigues (2019), ao analisarem formações antroponímicas neológicas do português brasileiro a partir da ótica da MC booiijiana, propõem esquemas construcionais cuja contraparte semântica é genérica e quase desprovida de conteúdo (o que, de certo modo, beiraria a expletividade), apenas tendo uma função nominativa geral (‘nome de pessoa’), como em prenomes neológicos do português brasileiro em *X-(v/n)aldo*, *X-berg*, *Ed-X* e *Franci(s)-X*.

A respeito da obrigatoriedade na especificação da categoria gramatical do produto (*output*): poderia ser matizada, a nosso ver, a fim de se evitar uma generalização problemática, que pairaria sobre a prefixação. Apenas a supressão da informação referente à categoria morfossintática da base (mas não a do produto, como preconiza a MC clássica) não parece ser suficiente para a representação de todos os casos gerados via esquemas prefixais. Daí que Lopes (2016a), ao apresentar o desenho de alguns esquemas construcionais, tanto nos nós dominantes quanto nos dominados, tenha excluído a informação referente à categoria morfossintática da base e também a do produto, contrariando a orientação do modelo tal como proposto por Booiij (2005, 2010a,

<sup>8</sup>Pensamos que é possível propor tal expediente, se consideramos (com a própria LC) que há fluxo contínuo entre os níveis linguísticos e, nesse caso, a interface fonologia-morfologia estaria bem evidente, quando se apresenta como motivada a inserção (ainda que expletiva) de um elemento de natureza morfofonológica.

2017a), que considera a categoria do *output* uma propriedade essencial<sup>9</sup>, isto é, não-anulável das construções. Isso se deu porque, segundo Lopes (2016a, p. 250-251),

[...] nas proposições de alguns esquemas prefixais pode ser cogente a supressão também da categoria do produto, isso porque as instanciações gerais dos esquemas de *re-*, *com-*, *des-* e de outros formantes [...] permitem que se tomem tanto bases nominais para formar nomes, quanto bases verbais para formar verbos sem que, todavia, haja alteração na carga semântica dos subesquemas, ou seja, é possível encontrar verbos e nomes sendo instanciações do subesquema [[*com-* [X]<sub>i</sub>]<sub>j</sub> ↔ [companhia SEM<sub>i</sub>]<sub>j</sub>] (p. ex.: *confrade*, *compartilhar*), sendo também possível identificar nomes e verbos como instanciações do subesquema [[*des-* [X]<sub>i</sub>]<sub>j</sub> ↔ [ação contrária, oposição a SEM<sub>i</sub>]<sub>j</sub>] (p. ex.: *desarmonia*, *desconfiar*), ou ainda instanciações do subesquema [*re-* [X<sub>v</sub>]<sub>v</sub>] ↔ [intensificação de SEM<sub>v</sub>]<sub>v</sub>] (p. ex.: *recontente*, *realçar*).

Trata-se, portanto, de outra mudança proposta ao modelo de Booij, após a sua colação com dados empíricos, com a materialidade linguística. Em suma, uma proposta pautada no princípio gerativista de *Produto Categorial Único* (ARONOFF, 1976) — que, segundo Simões Neto e Soledade (2015), é mantido por Booij (2010a), quando este preconiza que cada esquema construcional deve prever e especificar a categoria lexical exata dos *outputs* que originou, origina ou originará — é problemática, não se harmonizando com uma apreciação realista do comportamento categorial do universo de formações prefixais, por exemplo, já que várias delas escapam a esse princípio, evadindo-se de seus limites.

Fazemos eco aqui ao posicionamento de Rodrigues (2015, p. 52), quando discorre sobre essa espinhosa questão, após ter exposto exemplos de formações prefixadas imersas em esquemas sensíveis à heterocategorização, característica estranha aos nós hierarquicamente superiores das redes construcionais da prefixação:

O que nós podemos colocar é se esse tipo de herança omissa corresponderá realmente ao processamento real do léxico, carecendo de uma validação por parte de estudos psicolinguísticos. Em todo caso, julgamos que neste ponto se surpreende um golpe na *lex parsimonie*, ou lâmina de Ockham: pressupõe-se uma herança que tem que ser irrealizada em situações particulares. É como se no léxico existissem redes e algumas das linhas dessas

<sup>9</sup>Talvez esse postulado do modelo boojiano tenha sido moldado a partir de uma reflexão focada em esquemas construcionais concernentes à sufixação, que, ao ativar-se, pressupõem a determinação de uma categoria gramatical específica para o item lexical derivado. Daí a categoria do *output* mostrar-se como uma propriedade essencial, como assinala Soledade (2013a). No entanto, essa propriedade de especificação determinativa unicategorial não se aplica a todos os casos de ativação prefixal, uma vez que há esquemas ecléticos que, sem alterações das propriedades semânticas dos nós que os constituem, podem gerar constructos de distintas classes gramaticais, como é o caso dos esquemas construcionais do *des-*, do *não-*, do *re-* etc.

redes estivessem cortadas, antes de serem utilizadas. Sendo assim, o que se pergunta é se é teórica e empiricamente viável [...].

Pensamos que se o modelo insistir em apropriar-se de uma rigidez no estabelecimento das propriedades de categorias que necessariamente são multifacetadas e fluidas, acabar-se-á configurando como quadros teóricos precedentes, paralisados ou recuados frente aos problemas advindos desse tipo de análise fechada (BASILIO, 2010), já que “[...] a colocação de propriedades absolutas na definição de categorias e unidades linguísticas trazem muitos problemas para a descrição lexical.” (BASILIO, 2010, p. 7). Há a necessidade de se assumir uma maior coerência com os próprios princípios postulados pela LC. Verificamos que na MC se respeita o caráter de fluidez (não rigidez) no estabelecimento de dicotomias; no entanto, o mesmo não parece dar-se na caracterização de propriedades das formações em esquemas gerais, como, *e.g.*, o da prefixação. Só com uma efetiva diluição das fronteiras entre as categorias, com o banimento de dicotomias rígidas e com a compreensão dos fenômenos, representações e elementos através de critérios realmente escalares (BASILIO, 2010) é que se notará uma clara coerência entre postulados e aplicações da MC. Não se pode perder de vista que “As categorias não têm realidade existencial, mas sim, funcional; são construções metodológicas.” (CIFUENTES HONRUBIA, 1992, p. 170)<sup>10</sup> e, portanto, o modo como são apresentadas e caracterizadas deixa subentendido o entendimento epistemológico que delas se tem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível a gama de contribuições que a MC tem oferecido e pode oferecer ao estudo dos fenômenos, constituintes e procedimentos morfolexicais, graças à visão renovada e renovadora que emprega na descrição e análise do componente morfológico da língua, subsidiada pelos aportes da LC. É, sem dúvida, um dos modelos mais eficientes e avançados para tal fim, promovendo uma apreciação integradora entre a morfologia e os demais níveis da língua (abordados como um *continuum*), tendo como lastro a simbiose entre estruturação formal e repercussão semântica, da qual emergiriam as construções e, destas, os esquemas da mais variada extensão e especificidade, cujo conjunto daria corpo ao léxico e à gramática.

Embora merecidamente avaliável como um modelo proveitoso e interessante, há também que se dizer que a MC tem sido alvo de algumas críticas que, longe de lançar por terra a sua funcionalidade e o seu vanguardismo, visam a um melhoramento de suas pautas de análise e de seus esquemas de representação construcional, a fim de que se apresentem, por um lado, de modo mais coerente com uma visão holística do fenômeno linguístico, abarcadora de sua historicidade, e, por outro, de modo a respeitar satisfatoriamente os princípios fundamentais da perspectiva cognitivista (e do próprio modelo em questão), como o caráter central da significação (e, portanto, da polissemia), a integração entre fenômenos linguísticos e fenômenos cognitivos (e, com isso,

---

<sup>10</sup>Tradução nossa.

uma atenção acurada quanto à metáfora, a metonímia, a perspectivização, o ajuste focal etc.) e a diluição das fronteiras rígidas e impermeáveis entre elementos e procedimentos da língua (que passam a ser concebidas como porosas, sob a forma de uma estrutura escalar, gradiente).

É de nossa opinião que uma proposta de integração à MC dos contributos da MH (ou vice-versa) pode oferecer aos investigadores da área um prisma interessante, inovador, revisado e profícuo para a apreciação científica (descritiva e/ou analítica) dos padrões, unidades e operações morfológicos, algo que já tem sido aplicado em alguns estudos dessa seara no Brasil e que serviria para fortalecer ainda mais o marco teórico construcional, dada a sua aplicabilidade mais coerente e mais eficaz a dados da língua em uso, quer no passado, quer no presente.

## REFERÊNCIAS

BASILIO, M. M. de P. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Linguística*, v. 6, n. 2, p. 1-14, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/4444>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BOOIJ, G.; AUDRING, J. Category change in Construction Morphology. In: COUSSÉ, E. et al. (Ed.). *Category change from a constructional perspective*. Amsterdam; Philadelphia: Benjamins, 2018. p. 209-228.

BOOIJ, G. The construction of words: Introduction and overview. In: BOOIJ, G. (Ed.). *The construction of words: advances in Construction Morphology*. Berlin: Springer, 2018a. p. 3-18.

BOOIJ, G. Principles of word formation. In: PAGE, R.; PUTNAM, M. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Germanic Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018b. p. 229-246.

BOOIJ, G. Inheritance and motivation in Construction Morphology. In: GISBORNE, N.; HIPPISEY, A. (Ed.). *Defaults in morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2017a. p. 18-39.

BOOIJ, G. The construction of words. In: DANCYGIER, B. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017b. p. 229-246.

BOOIJ, G. Morphology in Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 255- 273.

BOOIJ, G. *Inheritance and Construction Morphology*. Paper presented at the workshop on 'Default inheritance', University of Kentucky, Lexington KY, 21 -22 May 2012a.

BOOIJ, G. Construction morphology, a brief introduction. *Morphology*, n. 22, p. 343-346, 2012b.

BOOIJ, G. *Construction morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010a.

BOOIJ, G. Construction morphology. *Language and Linguistics Compass*, 3/1, p. 1-13, 2010b.

BOOIJ, G. Compounding and derivation: evidence for construction morphology. In: DRESSLER, W. et al. (Org.). *Morphology and its demarcations*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 109-131.

CÂNDIDO, B. F.; GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. L. de. De chacretes, ronaldetes e outros *-etes*: uma análise morfológica e semântica das construções *X-ete* no português do Brasil. *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 197-223, jan./jun. 2016.

CARVALHO, C. de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTILHO, A. T. de. Entrevista: funcionalismo(s) e teoria multissistêmica. *PROLÍNGUA*, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 87-104, 2014. [Entrevista concedida a Camilo Rosa Silva].

CASTILHO, A. T. de. An approach to language as a complex system. In: CASTILHO, A. T. de. (Org.). *História do Português de São Paulo*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009. p. 119-136.

CASTILHO, A. T. de. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: CASTILHO, A. T. de et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Homenagem a Mary A. Kato. Campinas: Pontes; Fapesp, 2007. p. 329- 360.

CASTRO DA SILVA, C. C. *A parassíntese em português: as relações entre cultura, léxico e frequência na linguística cognitiva*. 2012. 234 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FULK, R. D. Morphology and diachrony in A Grammar of Old English and the Dictionary of Old English. *Florilegium*, v. 26, p. 15-35, 2009. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1006.6613&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 10jan. 2018.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA, M. L. Morfologia Construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*, São Paulo, n. 58, v. 1, p. 165-193, 2014.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E. O estatuto dos constituintes morfológicos e o *continuum* composição-derivação em português. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, p. 7-25, 2012.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. (Coord.). *Linguística Cognitiva: origen, principios y tendencias*. In: IBARRETXE-ANTUÑANO, I.; VALENZUELA, J. *Linguística Cognitiva*. Barcelona: Anthropos, 2016.

LOPES, M. *A natureza interfacial da lexicogênese: a formação de palavras e algumas das suas interconexões com a gramaticalização, a filologia e a sintaxe*. 2020. [No prelo]

LOPES, M. Compressão lexical: notas sobre um modelo semântico-histórico-construcional para análise de vocábulos derivados. *Gragoatá*, Niterói, v. 25, n. 52, p. 688-711, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/40851>. Acesso em: 12 set. 2020.

LOPES, M. *Estudo histórico-comparativo da prefixação no galego português e no castelhano arcaicos (séculos XIII a XVI): aspectos morfolexicais, semânticos e etimológicos*. 2018. 5v. 2430 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura; Doutoramento em Linguística do Português) — Instituto de Letras/Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia/Universidade de Coimbra, Salvador/Coimbra, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29879>. Acesso em: 3 dez. 2019.

LOPES, M. Um olhar semanticocêntrico sobre a prefixação em um documento português doséculo XIV. In: ALMEIDA, A. A.D.; SANTOS, E.S. (Org.). *Linguagens e cognição*. Salvador: EDUFBA, 2016a. p. 229-259.

LOPES, M. *A compressão léxica como perspectiva de análise semântica dos derivados prefixais*. Comunicação no I Seminário Sergipano de Linguística Histórica. Faculdade São Luís de França, Aracaju, 2016b. [Mimeo].

LOPES, M. *A prefixação na primeira fase do português arcaico: descrição e estudo semântico-morfolexical-etimológico do paradigma prefixal da língua portuguesa nos séculos XII, XIII e XIV*. 2013. 2v. 943 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15537>. Acesso em: 13 dez. 2019.

LÜDTKE, J. *La formación de palabras en las lenguas románicas: su semántica en diacronía y sincronía*. Trad. de Elisabeth Beniers. México, D.F.: El Colegio de México, 2011.

- MARTÍN GARCÍA, J.; VARELA, S. La relevancia de la diacronía para la teoría morfológica. In: CAMPO SOUTO, M. et al. (Ed.). *Assí como es de suso dicho*: estudios de morfología y léxico en homenaje a Jesús Pena. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2012. p. 323-336.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica*: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.
- MEGALE, J. F. *Alguns “ismos” das Ciências Sociais*. Disponível em: [https://www.unicead.com.br/areadoaluno/file.php/1/Biblioteca\\_Virtual/Temas\\_educacionais/Alguns\\_ismos\\_das\\_Ciencias\\_Sociais\\_.pdf](https://www.unicead.com.br/areadoaluno/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Temas_educacionais/Alguns_ismos_das_Ciencias_Sociais_.pdf). Acesso em: 2 mar. 2018.
- MÓDOLO, M. Gramaticalização e semanticização das conjunções correlativas ‘sem cabeça’: o caso do que consecutivo. In: LOBO, T. et al. (Org.). *ROSAE*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 441-451. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- MÓDOLO, M.; BRAGA, H. Uma teoria brasileira do idioma: professor da USP apresenta uma sedutora e abrangente proposta de análise da mudança linguística para o português brasileiro. *Língua Portuguesa*, São Paulo, v. 78, p. 26-27, 2012.
- MORTUREUX, M.-F. *La lexicologie*: entre langue et discours. Saint-Just-la-Pendue: ArmandColin, 2001.
- OLIVEIRA, M.R. de. Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas. *Estudos linguísticos*, São Paulo, n. 42, v. 1, p. 148-162, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1093>. Acesso em: 17 jul. 2020.
- PENA, J. Partes de la morfología: las unidades del análisis morfológico. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. p. 4305-4366.
- RAINER, F. Sobre polisemia en la formación de palabras. *Hesperia*, Vigo, n. 13, fascículo 2, p. 7-52, 2010. Disponível em: <https://revistas.webs.uvigo.es/index.php/AFH/article/view/587>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- RIO-TORTO, G. Composição, afixação, sintagmação. In: PENA, J. (Ed.). *Procesos morfológicos*: zonas de interferencia. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2017. p. 11-47. [Anexo 76 da Revista *Verba*].

RIO-TORTO, G. Léxico, gramática e processamento. In: ALMEIDA, A.; SANTOS, E.; SOLEDADE, J. (Org.). *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 367-394.

RIO-TORTO, G. *Formação de palavras em português: aspectos de construção de avaliativos*. 1993. 977 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

RIO-TORTO, G.; LOPES, M. Fluctuación prefijal en el gallego-portugués y en el castellano medievales. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 11, p. 103-136, 2019. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/5105>. Acesso em: 17 jul. 2020.

RODRIGUES, A. F. S. *A gramática do léxico: morfologia derivacional e o léxico mental*. München: LINCOM, 2015.

RUMELHART, D. E. Schemata: the building blocks of cognition. In: SPIRO, R. J. et al. (Ed.). *Theoretical issues in reading comprehension*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980. p. 33-58.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1916].

SILVA, A.S.da. Léxico, cognição e contexto: saliência, conceptualização situada e evidência quantitativa. In: ALMEIDA, A.D.; SANTOS, E. S. dos; SOLEDADE, J. (Org.). *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 185-216.

SIMÕES NETO, N. A. Uma aplicação da morfologia construcional para a língua latina: o caso das construções *X-ãriũ*. *Lingüística y Literatura*, Medellín, n. 72, p. 30-53, 2017a. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/lyl/article/view/328864>. Acesso em: 17 set. 2020.

SIMÕES NETO, N. A. Morfologia construcional e alguns desafios para a análise de dados históricos da língua portuguesa. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 11, n. 3, p. 468-501, jul./set. 2017b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/36837>. Acesso em: 17 set. 2020.

SIMÕES NETO, N.A. *Um enfoque construcional sobre as formas X-eir-*: da origem latina ao português arcaico. 2016a. 655 p. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador. [2 tomos]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30404>. Acesso em: 2 mar. 2018.

SIMÕES NETO, N. A. Morfologia, morfologias: um diálogo entre morfologia histórica e morfologia construcional a partir das construções *X-eir-* no português arcaico. In: ALMEIDA, A. A.D.; SANTOS, E. S. (Org.). *Linguagens e cognição*. Salvador: EDUFBA, 2016b. p. 261-283.

SIMÕES NETO, N. A.; SOLEDADE, J. Um enfoque da morfologia construcional sobre as formações *X-ário* no português arcaico. *Pontos de interrogação*, Alagoinhas, v. 4, n. 2, 2015, p. 143-171. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2692>. Acesso em: 2 mar. 2018.

SOLEDADE, J. Esquemas construcionais no português arcaico: um estudo sobre *X-ada<sub>1</sub>*, *X-ada<sub>2</sub>*, *X-ado*, *X-do*, *X-da*. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 41-56, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/31294>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SOLEDADE, J. A morfologia histórica e a morfologia construcional: encontros e desencontros. In: ALMEIDA, A. A. D.; SANTOS, E. S.; SIMÕES NETO, N. A. (Org.). *Dez leituras sobre o léxico*. Salvador: EDUNEB, 2019. p. 172-202.

SOLEDADE, J. Por uma abordagem cognitiva da morfologia: revisando a morfologia construcional. In: ALMEIDA, A. A.D.; SANTANA, E. (Org.). *Linguística Cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além mar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p.225-257. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28269>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SOLEDADE, J. *Morfologia Histórica*. Conferência no I Simpósio Nacional de Morfologia do Português. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p. 1-23. [Mimeo].

SOLEDADE, J. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [X<sub>i</sub>-EIR-]N<sub>j</sub> no português arcaico. *Diadorim*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 83-111, 2013a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4008>. Acesso em: 8 jun. 2016.

SOLEDADE, J. *Princípios de morfologia*: de Sônia Borba Costa a Geert Booij. Comunicação na Mesa-redonda Caminhos da morfologia da língua portuguesa, no PROHPONDO — Encontro de estudos de língua portuguesa. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013b. [Mimeo].

SOLEDADE, J.; LOPES, M.; RODRIGUES, L. O legado germânico na antroponímia neológica do português do Brasil. In: CARRILHO, E. et al. (Org.). *Estudos Linguísticos e Filológicos oferecidos a Ivo Castro*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019. p.1417-1445. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39619>. Acesso em: 26 ago. 2020.

VIARO, M. E. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In: LOBO, T. et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA,

2012. p. 275-292. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 8 jun. 2016.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VIARO, M. E. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de lingüística galega*, n. 2, p. 173-190, 2010. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/1513>. Acesso em: 8 jun. 2016.

**Recebido em:** 20/12/2020

**Aprovado em:** 05/02/2021

**Publicado em:** 25/07/2021